



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 055/2026

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).

“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).

“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;

“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;

“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;

“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;

“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 5 deste documento;



“VI – estimativa do valor da contratação, [...]” (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

“IV – descrição da solução como um todo, [...]” (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;” (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]” (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]” (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes” (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]” (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.” (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contexto da Situação Problema:

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de material de recapagem asfáltica (massa asfáltica tipo CBUQ para aplicação a frio), visando atender as demandas contínuas de manutenção, conservação e recuperação de vias públicas urbanas e estradas rurais do Município.

A malha viária municipal sofre desgaste constante em razão do tráfego de veículos, das condições climáticas (chuvas, variações térmicas) e da ação do tempo, ocasionando o surgimento de buracos, fissuras e irregularidades que comprometem a trafegabilidade e a segurança dos usuários.



Nesse contexto, faz-se necessária a disponibilização contínua de material adequado para execução de serviços de tapa-buracos e manutenção corretiva e preventiva, garantindo condições adequadas de circulação nas vias públicas.

1.2 Justificativa da Contratação:

A contratação justifica-se pela necessidade permanente de manutenção da infraestrutura viária urbana e rural, assegurando melhores condições de mobilidade, segurança e qualidade de vida à população.

A utilização de massa asfáltica estocável para aplicação a frio apresenta-se como solução eficiente, permitindo maior agilidade nas intervenções, independentemente das condições climáticas, além de possibilitar a execução dos serviços pela própria equipe municipal.

SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação encontra-se prevista e alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste.

SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

3.1 Para atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, considerados necessários e suficientes para a adequada seleção da solução:

- Os materiais deverão atender às especificações técnicas exigidas, especialmente quanto à composição, granulometria e desempenho (CBUQ com aplicação a frio);
- Deverão possuir laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO;
- Devem apresentar condições de estocagem prolongada (mínimo 12 a 24 meses);
- Devem permitir aplicação em diferentes condições climáticas;
- O material deverá ser fornecido embalado (sacas), garantindo facilidade de transporte e armazenamento;
- O produto deverá apresentar boa aderência, estabilidade e durabilidade após aplicação;
- A empresa deverá possuir capacidade logística para fornecimento parcelado;
- Deverão ser observadas boas práticas ambientais na produção e transporte.



SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 Identificação do quantitativo solicitado:

4.1.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas estão detalhadas a seguir.

ITEM	CÓD. EQUIP.	PRODUTO/SERVIÇO	UN	QTD
1	57113	Massa Asfáltica Restauradora Usinada à quente (CBUQ). Para aplicação a frio com Laudo de laboratório acreditado pelo INMETRO, contendo Teor de Betume entre 5,5 e 5,7%, Densidade Aparente entre 2,0 e 2,3, Fluência entre 3,7 e 4,0, Estabilidade entre 9,9 e 10,1, passante acima de 97% e 99% na peneira 3/8, com temperatura aproximada de 120°C, preparada com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, estocável por até 24 meses, embalado em sacas de 25 kg, sempre dosado por aditivo com composto químico exclusivo retardador de cura, garantida em qualquer temperatura ou situação climatológica.	SACA	1.200

4.2 Histórico de Licitações:

4.2.1 A seguir é apresentado o histórico das últimas licitações referente ao objeto da pretensa contratação:

Licitação	Vigência
PE 129/2018	27/08/2018 à 26/08/2019
PE 008/2020	09/03/2020 à 31/12/2020
PE 003/2025	25/03/2025 à 25/03/2026

*Informações atualizadas em 09/04/2026.

4.3 Histórico de Consumo durante o período de vigência:

4.3.1. Na tabela abaixo é possível estar verificando as quantidades consumidas em cada licitação:

Modalidade	Quantidade Inicial	Quantidade requisitada	% Utilizado
PE nº 129/2018	1.000	600	60
PE nº 008/2020	1.200	0	0
PE 003/2025	1.200	800	66,66

*Informações atualizadas em 09/04/2026.

4.2 Justificativa de quantitativo:

4.2.1 Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base no histórico de consumo das contratações anteriores, nas demandas contínuas de manutenção corretiva e preventiva das vias públicas urbanas e estradas rurais do Município, bem como na previsão de serviços a serem executados pela Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos durante o período de vigência da ata.

4.2.2 Foram considerados, ainda, fatores como o desgaste natural da malha viária, o aumento das intervenções decorrentes de chuvas e intempéries, a necessidade de execução contínua de operações tapa-buracos e a manutenção das condições adequadas de trafegabilidade e segurança aos usuários das vias públicas.



SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

5.1. No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

5.2. **Cenário 01** – Aquisição de produtos nas quantidades analisadas com a formação de estoque físico para atender de forma imediata as demandas existentes.

5.3. **Cenário 02** – Contratação sob Registro de Preços para a futura e/ou eventual aquisição de produtos, sem a formação de um grande estoque físico.

A solução indicada — contratação mediante Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de massa asfáltica tipo CBUQ para aplicação a frio — mostra-se adequada por possibilitar o atendimento contínuo e parcelado das demandas de manutenção viária do Município.

SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ www.pmsjorge.pr.gov.br CNPJ: 76.995.380/0001-03											
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO											
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Massa Asfáltica Restauradora Usinada a quente (CBUQ) embalados em sacas de 25 Kgs, para o município de São Jorge d'Oeste -Pr.											
NOME DA EMPRESA				CNPJ				Data da cotação			
COT 1 PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (4 Cotações)				07.797.967/0001-95				04/05/26			
COT 2											
COT 3											
VALOR R\$											
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	MASSA ASFÁLTICA RESTAURADORA USINADA A QUENTE(CBUQ) Para aplicação a frio com Laudo de laboratório, creditado pelo Immetro, contendo teor de Betume entre 5,5 e 5,7%, Densidade aparente entre 2,0 e 2,3, Fluência entre 3,7 e 4,00, Estabilidade entre 9,9 e 10,1, passando acima de 97% e 99% na peneira 3/8, com temperatura aproximada de 120°C, preparada com agregados pótreos, CAP 50/70, modificado com polímeros e processos de mistura, estocável por até 24 meses embalado em sacas de 25 kgs, sempre dotado por aditivo com composto químico exclusivo retardador de cura, garantida em qualquer temperatura ou situação climatológica	Sacas	1200	34,21	25,59	28,50	26,00	25,59	34,21	28,58	34.290,00
										TOTAL:	34.290,00
FONTES DE PREÇOS UTILIZADAS NESTA COTAÇÃO: 1 - Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br 2 - Portal Nacional de Contratações Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br; 3 - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul https://portal.tce.rs.gov.br.											
Responsável pela cotação : LIOMAR SIEGA				APROVAÇÃO:							
OBS.: FORAM ENVIADAS PESQUISAS DE PREÇOS PARA DIVERSAS EMPRESAS, CONFORME CÓPIAS DE EMAIL'S EM ANEXO, PORÉM NENHUMA EMPRESA NOS RESPONDEU; DESTA FORMA FIZ PESQUISA NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS 4(QUATRO) COTAÇÕES DE PREÇOS PARA COMPOR A CESTA E FOI UTILIZADO O CRITÉRIO DA MÉDIA DE PREÇOS, POR NÃO HAVER VALORES DE EMPRESAS DO MERCADO.				PROCESSO LICITATORIO / MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS							
São Jorge D'Oeste, 04 de maio de 2026.				ASSINATURA DO RESPONSÁVEL							

6.2 Pela Pesquisa de preços, define-se como valor máximo para a contratação, o valor de R\$ 34.290,00 (trinta e quatro mil e duzentos e noventa reais).



6.3. Para composição da cesta de preços, foram realizadas tentativas de cotação direta com empresas do ramo, conforme registros e e-mails anexados ao processo. Contudo, não houve retorno por parte das empresas consultadas, razão pela qual a pesquisa de preços foi complementada mediante utilização da plataforma Banco de Preços, com levantamento de 04 (quatro) cotações válidas, adotando-se o critério da média dos preços obtidos para definição do valor estimado da contratação.

6.3.1. A metodologia aplicada, bem como a memória de cálculo, os preços referenciais e as fontes utilizadas, encontram-se devidamente demonstradas no respectivo Mapa de Apuração de Preços anexo aos autos.

SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

7.1.1. Para a pretensa contratação foi identificada a possível solução:

7.1.1.2. Registro de preços objetivando a futura ou eventual aquisição.

7.1.1.3. Trata-se da aquisição dos itens conforme necessidade da Secretaria solicitante.

7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.1.2. Conforme já descrito no cenário 2: Registro de Preços, objetivando a futura e/ou eventual aquisição de material de recapagem asfáltica, para atender as demandas da gestão de serviços urbanos e infraestrutura rural, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos, para conservação e manutenção das ruas e logradouros públicos de uso comum, do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2. Pode ser considerado de necessidade contínua, tendo em vista que os serviços de manutenção e conservação das vias públicas urbanas e rurais ocorrem de forma permanente, sendo indispensáveis para garantir condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária e preservação da infraestrutura pública municipal;



7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza contínua, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será aquele admitido para o Cenário 2, assim, pretende-se: Registro de Preços, objetivando a futura e/ou eventual aquisição de material de recapagem asfáltica, para atender as demandas da gestão de serviços urbanos e infraestrutura rural, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos, para conservação e manutenção das ruas e logradouros públicos de uso comum, do Município de São Jorge D'Oeste/PR.

7.5.2 A solução adotada mostra-se adequada às necessidades da Administração, considerando as características da demanda, a diversidade de itens e a imprevisibilidade do consumo ao longo do período.

7.5.3 A análise das alternativas disponíveis demonstra que o Sistema de Registro de Preços é a opção mais vantajosa, por permitir aquisições de forma parcelada, conforme a demanda real, proporcionando maior flexibilidade na gestão, evitando a formação de estoques desnecessários e promovendo a economicidade dos recursos públicos.

7.5.4 Além disso, a solução adotada possibilita melhor planejamento das contratações, maior competitividade entre fornecedores e redução de riscos relacionados à falta de material para manutenção viária, mostrando-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidade, mediante solicitação da Secretaria responsável.

7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observarão as disposições constantes no instrumento convocatório e poderão ter vigência conforme a natureza da



contratação e necessidade da Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8.3 A vigência contratual de 12 (doze) meses justifica-se pela necessidade de atendimento contínuo e parcelado das demandas da Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos, considerando a natureza dinâmica e imprevisível dos serviços de manutenção viária.

SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para a contratação pretendida para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos, foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto **por Item**, visando maior disputa entre os participantes, e consequentemente maior economia para o Município.

SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantir a manutenção contínua das vias públicas urbanas e rurais;
- Reduzir a ocorrência de buracos e irregularidades nas vias;
- Melhorar as condições de trafegabilidade e segurança viária;
- Aumentar a durabilidade do pavimento por meio de intervenções rápidas;
- Proporcionar maior eficiência na execução dos serviços pela equipe municipal;
- Reduzir custos com intervenções emergenciais de maior complexidade;
- Atender de forma ágil às demandas da população relacionadas à infraestrutura viária.

SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.



10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

11.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas e/ou interdependentes da presente contratação.

SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

12.1 Considerando a natureza da contratação, foram identificados possíveis impactos ambientais, bem como definidas medidas mitigadoras, visando minimizar efeitos ao meio ambiente e atender aos princípios da sustentabilidade.

IMPACTO AMBIENTAL	MEDIDA MITIGADORA
Emissão de poluentes na produção do asfalto.	Exigir fornecedores regularizados ambientalmente.
Geração de resíduos (embalagens).	Destinação adequada e reciclagem.
Possível contaminação do solo.	Armazenamento adequado do material.
Uso de recursos naturais (agregados e petróleo).	Priorizar fornecedores com práticas sustentáveis.
Resíduos de aplicação.	Reaproveitamento sempre que possível.

12.2 A utilização de massa asfáltica pode gerar impactos ambientais, especialmente na produção e descarte de resíduos. Contudo, tais impactos podem ser mitigados mediante controle adequado de armazenamento, utilização racional dos insumos e exigência de fornecedores ambientalmente regularizados.

SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude das informações levantadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação mediante Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de recapagem asfáltica tipo CBUQ para aplicação a frio mostra-se tecnicamente viável, operacionalmente necessária e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

13.2. A solução proposta atende adequadamente à necessidade de manutenção contínua das vias públicas urbanas e rurais do Município, contribuindo para a melhoria das condições de trafegabilidade, segurança viária e conservação da infraestrutura pública municipal.



13.3. Assim, a Equipe de Planejamento manifesta-se favoravelmente à continuidade da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.927/2023.

São Jorge D'Oeste – PR, 05 de maio de 2026.

Jonica Maria Caetano

Responsável pela elaboração do ETP – Portaria nº 3.004/2025

Sérgio Roberto Priamo

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos – Decreto 4.486/2025